

Discurso na assinatura de protocolo de liberação de recursos federais para a desativação da casa de detenção do complexo do Carandiru e para a construção de 11 novos estabelecimentos prisionais no Estado de São Paulo

PALÁCIO DOS BANDEIRANTES, SÃO PAULO, SP, 8 DE JUNHO DE 2001

Meu caro amigo e Governador Geraldo Alckmin; Senhores Ministros de Estado aqui presentes, e eu os nomino na pessoa do Ministro da Justiça, Ministro José Gregori; Senhor Desembargador Márcio Bonilha, Presidente do nosso Tribunal de Justiça; Senhores Secretários de Estado; Senhores Parlamentares; Dona Elizabeth Sussekind; enfim, todos aqueles que aqui estão, para este ato, que é um ato simbólico,

Há pouco, cotejava com o Ministro Gregori e com o Governador Geraldo Alckmin há quanto tempo nós imaginávamos e sonhávamos com a possibilidade de acabar com a Casa de Detenção do Carandiru.

Quero fazer uma pequena recordação e uma homenagem. Primeiro, ao esforço consistente, nessa direção, que foi feito pelo Governador Franco Montoro. E era Secretário o Doutor José Carlos Dias. Infelizmente, por circunstâncias variáveis, isso não funcionou.

Mais tarde, o Governador Mário Covas se empenhou nisso e nós começamos a trabalhar neste projeto de remodelação do sistema penitenciário de São Paulo. O Governo Federal ajudou São Paulo na construção – creio – de nove estabelecimentos prisionais, entrando com

cerca de 80% dos recursos desses nove, para ajudar a modificação desse sistema. São Paulo fez mais: além desses nove, outros mais foram feitos, ainda enquanto estávamos com o nosso querido e saudoso amigo Mário Covas dirigindo São Paulo.

Agora, com o Governador Geraldo Alckmin, estamos completando esse sonho. Eu gostaria muito de estar presente, Governador, no dia em que nós formos fazer a implosão desses prédios do Carandiru, porque isso é simbólico. Simbólico de uma nova etapa, na questão das penitenciárias, na questão do relacionamento com as polícias de São Paulo e, também, da cooperação, tão bem ressaltada por Vossa Excelência, e eu agradeço – nem sempre isso é feito assim, com essa clareza, como faz Vossa Excelência – essa cooperação entre o Governo Federal e o governo de São Paulo.

O que foi dito aqui, pelo Governador Geraldo Alckmin, esclarece tudo. As obras já estão em marcha. Nós vamos participar com metade do custo – são 50 milhões de reais – e os outros 50 milhões de reais são de São Paulo. Essa ordem de pagamento que eu trago hoje é de R\$ 34 milhões. O resto virá. Há recursos, porque o Fundo Penitenciário Nacional dispõe de recursos que, muitas vezes, não podem ser liberados por questões, às vezes, de não cumprimento de formalidades, tanto da parte do Ministério da Fazenda quanto, sobretudo, dos projetos que não são bem feitos e a fiscalização não aprova. Aqui, não. Aqui, a coisa está fluindo de uma maneira correta.

Esse novo espírito que está existindo aqui, em São Paulo, é muito importante. O que foi mostrado aqui o Governador Covas já me tinha dito tantas vezes: houve uma ampliação muito grande do número de vagas. Mas houve um trabalho muito efetivo da Polícia, que prendeu mais gente. E tem que prender. Outro dia, recebi uma carta de um senhora – de quem eu não me recordo, ela disse que me conhece, daqui de São Paulo – desesperada. Não há outra expressão: desesperada, por causa do medo, da insegurança que ela sente.

Esse é um dado da realidade cotidiana. E quando alguém que está lá em Brasília, que é Presidente da República, recebe, de uma correligionária, uma carta de desespero, em que diz: “Estou me dirigindo ao Senhor

porque estou desesperada”, fica lá com uma sensação terrível porque, para mudar isso, é preciso muito esforço, como estamos fazendo agora, aqui, em São Paulo, e que é um esforço em muitos setores. Não adianta um decreto do Presidente. Nem mesmo, às vezes, dar o recurso, porque o recurso não tem como ser aplicado. Aqui se está aplicando.

E não é só fazer prisão. É importante fazer prisão. É importante, como disse o Governador, que haja até um tratamento mais razoável ao prisioneiro e que ele trabalhe, para não ficar na ociosidade. É importante que se faça o que foi feito – eu já sabia – na semana passada, de estourar esses novos sistemas de comunicação sofisticadíssimos que o comando do crime usa dentro das prisões ordenando delitos, por telefones celulares, e outras técnicas até mais sofisticadas, de ligações virtuais, coisa, realmente, de alta sofisticação. É preciso combater tudo isso. É preciso combater as causas desse crime, sobretudo o crime organizado.

E isso requer um esforço em muitas direções. O General Alberto Cardoso, que está aqui e que é o Ministro encarregado do Gabinete de Segurança Institucional é, também, a pessoa do Governo encarregada da questão do combate à droga. Hoje, no Brasil, o crime está ligado à droga. Não é só, mas está altamente ligado à droga, ao consumo da droga, à exploração da droga e, aí, entra o crime organizado, entra a questão dos que ganham dinheiro com o crime organizado.

Nós tivemos que refazer a legislação federal. Não havia, sequer, a tipificação do crime de lavagem de dinheiro. Não havia mecanismos que permitissem que a Receita Federal conversasse com o Banco Central, por causa do sigilo, maldito sigilo que atrapalha que se persigam os ladrões e que permite, com muita facilidade, que se acuse quem não é ladrão de o ser.

Isso foi liquidado. E, hoje, já existe um mecanismo, hoje, há uma organização chamada Coaf, que é o Conselho de Controle de Atividades Financeiras, onde a Doutora Adriene de Sena toma conta da intercomunicação, para que, quando comecem a aparecer no Banco Central movimentações de dinheiro que levem a uma certa suspeita, se possa, então, chegar lá para fazer a investigação.

Isso tudo faz parte da segurança pública. E o efeito dessas medidas não é imediato, mas é preciso persistência para que ele ocorra, para que

essa senhora desesperada deixe de o ser ou, pelo menos, para que não sejamos todos assustados no Brasil com isso. Basta dizer que o meu carro foi roubado – eu, Presidente da República. Ainda bem que era um Gol, que era o único carro que eu tinha. E o carro da Ruth, que não sei de que marca é – Parati ou coisa que o valha – também foi roubado. Como não andamos com segurança nos nossos carros privados – nem tem cabimento – roubaram. Quer dizer, se acontece isso, imaginem... Para não deixar de dizer que a casa onde sempre trabalhei, na Rua dos Ingleses, quando tinha meu escritório, uma casa pequena que tinha ali, foi duas vezes assaltada, sendo eu Presidente da República, e com os meus papéis lá dentro.

Então, evidentemente, quando essa senhora diz: “Estou assustada”, quem não? Agora, não adianta só dizer que estamos assustados. Temos que agir. Aqui, estamos agindo. E essa ação tem que ser uma ação persistente. Não adianta ação espetacular. Não adianta. A sociedade pode até ter a sensação de que houve um progresso, mas não haverá o progresso, se não houver persistência. E essa persistência implica também a remodelação da Polícia ou das Polícias Civil e Militar, na forma de entrosamento entre elas. É inaceitável o que vimos, agora, em Palmas, em que mandei o Exército para lá. Mandarei quantas vezes necessário for, para botar ordem, porque não tem cabimento gente amotinada com arma na mão, arma dada pelo público, pelo País. Não pode. Não pode. É preciso botar ordem nas Polícias. Há muitas delas que têm ordem, têm disciplina. Uma coisa é reivindicar salário, geralmente justo. Outra coisa é que quem tem arma na mão não tem o direito de rebeldia, nem tem direito de greve. Greve é a arma do trabalhador, que é desarmado. O ser armado não pode fazer greve.

Então, esses aspectos todos têm que ser vistos como parte do problema da segurança pública e do restabelecimento de um clima de normalidade nas nossas grandes cidades. Mas direi algo mais: é também necessário que exista uma mobilização da sociedade contra a droga, porque, senão, não vamos conseguir. O Estado, o Governo são pequenos diante da imensidão do problema. É preciso que haja essa cooperação, que a sociedade brasileira nunca se nega a dar, desde que motivada, para que possamos, efetivamente,

diminuir o uso da droga e os riscos que ela, realmente, está acarretando sobre a segurança da população.

Eu queria dizer, Governador, que tenho absoluta confiança de que, no prazo estabelecido, vamos, efetivamente, assistir a esse fato simbólico de extinguir o Carandiru. Tenho certeza também de que essa ação que estamos, hoje, aqui, materializando com algum recurso não vai ser a única ação. E, se estamos fazendo aqui, em São Paulo, é porque São Paulo precisa. E São Paulo tem gente competente que faz que o programa avance.

Mas nós estamos fazendo em outras partes do Brasil também. Existe, no Entorno de Brasília, que é uma zona também conflagrada, um programa importante de reeducação, de combate à droga, de reforço às Polícias, de cooperação entre as Polícias do Distrito Federal e de Goiás. Existe o mesmo programa no Rio de Janeiro, com grande amplitude, para que haja a cooperação. Existe também em Belo Horizonte, em Recife.

Progressivamente, o Plano Nacional de Segurança Pública está dotando o País, talvez pela primeira vez na sua História, dessa capacidade de interlocução e de cooperação entre o Governo Federal e os governos estaduais. Não é atribuição constitucional do Governo Federal cuidar da segurança das pessoas. Isso é atribuição dos governos estaduais. Mas é responsabilidade moral da Presidência da República dar condições de melhor trabalho para os governos estaduais que estão comprometidos com essa transformação. Estamos fazendo isso. Há uma modificação bastante acentuada, já hoje, no relacionamento entre as Secretarias de Segurança e o Ministério da Justiça.

Nessa matéria, como em tantas outras, como no caso da energia, ou nós todos cooperamos, ou nós todos entendemos que é um desafio nacional, ou não se resolve nada. E há um desafio nacional de segurança pública. Há um desafio nacional que vamos enfrentar com persistência e com muita energia.

Também quero dizer que pertenço àquele setor da sociedade que toda vida lutou para que haja um tratamento condigno aos presos, até porque muitos de nós já sabemos, na própria pele, o que significa prisão. Mas isso não pode ser pretexto para não ter uma atuação enérgica – uma atuação enérgica –, como eu disse aqui, no que diz respeito a não

aceitar essas rebeldias e também no que diz respeito a fazer que a Polícia trabalhe corretamente e que se dêem também à Polícia as condições para que ela possa ter a respeitabilidade da sociedade. Há programas nesse sentido para a proteção da família do policial, programas especiais para que os policiais tenham casa, seguro de vida, enfim, um conjunto de medidas. É muito bonito nós todos dizermos que os policiais são violentos, mas não é nada bonito estar na vida dura que tem um policial quando está combatendo o crime. E, se é verdade que há policiais que abusam, também há muita verdade em dizer que há muitos policiais que são corretos, competentes e que arriscam a vida para que possamos diminuir, senão acabar, com o clima de temor que temos.

Sei que há problemas nas Polícias. O Governador Mário Covas, uma vez, foi a Brasília conversar comigo a respeito da necessidade de uma modificação constitucional para permitir a melhor utilização do entrosamento da Polícia Civil com a Polícia Militar. Está no Congresso Nacional. As matérias no Congresso Nacional são lentas. A democracia exige muito debate. Além da democracia, os *lobbies* também interferem e atrapalham. Até hoje, não consegui passar um projeto que apóio, que é o de evitar o uso de arma, a venda indiscriminada de armas. Isso está errado, está errado. A pessoa pensa que se defende com uma arma e ela é a primeira vítima ao ter arma na mão. Não conseguimos que o Congresso Nacional aprove isso sequer.

Eu gostaria de ver a mesma energia com que, muitas vezes, alguns setores da sociedade pressionavam o Congresso por algumas matérias, para que entendam que é preciso acabar com armas na mão da população, que é preciso não usá-las, e que é preciso tomar medidas que impliquem, efetivamente, coragem para termos um sistema policial mais adequado.

Dito isso, me desculpo por ter-me estendido, Governador. O que realmente conta é mostrar o que o seu governo está fazendo, com o modesto apoio do nosso governo, e dizer que, realmente, com muita convicção, estaremos aqui para ver o fim do Carandiru e de outras prisões. Não é para libertar quem está lá, não, porque precisa ficar preso, porque fez coisa errada, mas é para ficar em prisões mais adequadas.

Muito obrigado.